

# **A circulação das ideias urbanísticas na 2ª metade do século XVIII**

## **Lisboa e a Praça do Comércio**

Mafalda Teixeira de Sampayo<sup>1</sup>, Ana Maria Tavares Martins<sup>2</sup>

<sup>1</sup>ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa

<sup>2</sup>UBI Universidade da Beira Interior

mgts@iscte.pt; amtfm@ubi.pt

### **1. A Lisboa de Pombal - o processo do plano de reconstrução da Baixa**

A 1 de Novembro de 1755 um grande terramoto destruiu grande parte de Lisboa permitindo a D. José (1714-1777) estruturar uma nova cidade com a ajuda de Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), futuro Marquês de Pombal.

Da equipa que colabora na reestruturação de Lisboa salienta-se o engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia (1678-1768) que apresenta uma dissertação sobre como reconstruir Lisboa. A entrega do texto da dissertação foi faseada, tendo Manuel da Maia terminado a : 1º parte - 4 de Dezembro de 1755; 2º parte - 16 de Fevereiro de 1756 e 3º parte - 31 de Março de 1756 com um aditamento de 19 de Abril de 1756.

A dissertação de Manuel da Maia, para além de funcionar como uma memória de hipóteses de projecto a considerar na reconstrução de Lisboa é, também, um exemplo interessantíssimo de perequação. A implementação de um plano não se faz só com um bom desenho, mas por um conjunto de medidas que afectam o proprietário ou proprietários do terreno e que oferecem alternativas de mais valia para o espaço de intervenção. Nisto Manuel da Maia estava consciente e foi precursor. As suas preocupações eram de modernização do tecido da cidade, na procura de ruas rectas e largas, mas também numa solução urbanística de grande escala que tinha em consideração os direitos dos proprietários antigos.

Manuel da Maia estabelece cinco modos possíveis para a reconstrução da cidade de Lisboa: 1º Refazer Lisboa como era antes do Terramoto; 2º Refazer Lisboa mantendo a altura original dos edifícios, mas alargando as ruas, evitando as passagens cobertas; 3º Refazer Lisboa diminuindo as alturas dos edifícios (para dois pisos sobre o térreo) e mudando as ruas estreitas para largas; 4º Refazer Lisboa destruindo o resto da cidade e fazendo novas ruas com largura e altura devida e 5º Refazer Lisboa em Belém (zona praticamente não afectada pelo terramoto).

Manuel da Maia pondera sobre cada uma das hipóteses de reconstruir Lisboa e a 4 de Dezembro de 1755 envia ao Duque de Lafões, na sua qualidade de Regedor das Justiças a 1ª parte da dissertação. É seleccionada a quarta hipótese, que implicava a reconstrução no mesmo local, mas de acordo com um novo plano.

Manuel da Maia organiza então na 3ª parte da sua dissertação diferentes equipas de projecto com objectivos distintos para elaboração do melhor plano de reconstrução da cidade de Lisboa. Para tal reuniu seis homens de sua confiança e definiu equipas de projecto para os vários planos. Estruturou seis planos, dos quais está desaparecido o desenho do nº 5 (SAMPAYO e RODRIGUES, 2009)<sup>131</sup>: para o plano 1 seleccionou o Ajudante Pedro Gualter da Foncêca e Praticante Francisco Pinheiro da Cunha; para o plano 2 seleccionou o Capitão Elias Sebastião Pope e o seu filho, o Praticante Joze Domingos Pope; para o plano 3 seleccionou o Capitão Eugénio dos Santos de Carvalho e o Ajudante Antonio Carlos Andreas; para o plano 4 seleccionou o Ajudante Pedro Gualter da Foncêca; para o plano 5 seleccionou o Capitão Eugénio dos Santos de Carvalho e para o plano 6 seleccionou o Capitão Elias Sebastião Pope.

Uma das propostas foi escolhida, a correspondente ao desenho do plano 5 da responsabilidade de Eugénio dos Santos de Carvalho, como é dito por Manuel da Maia na sua dissertação (AIRES, 1910, p. 50) e foi trabalhada ao longo da segunda metade do século XVIII, como comprovado pela cartografia encontrada nos arquivos portugueses (MARAT-MENDES [et al.], 2011).

É licito observar que o projecto da Baixa de Lisboa é evidentemente uma submissão da arquitectura ao urbanismo, é um projecto onde tudo está desenhado num estilo que sabia dosear muito bem o melhor do barroco com o melhor do estilo Neoclássico (LEAL, 2004, pp. 14-15). Interessa saber quais as suas referências.

---

<sup>131</sup> Ratton enumera os arquitectos da cidade explicando as várias sucessões (RATTON, 1992, pp. 232-240). Afirma que a planta da nova cidade é da responsabilidade de Eugénio dos Santos e Carvalho, e que lhe sucedeu Carlos Mardel (RATTON, 1992, p. 233 e 237).

## 2. Um paradigma - as influências no projecto da Baixa

*“A Lisboa de Pombal nada deve a estas obras longínquas; além disso, podemos estar certos de que os seus arquitectos não se debruçaram sobre elas – mesmo se Mardel pôde ter conhecido experiências e realizações de Londres, de Paris e de Viena, antes de vir instalar-se na corte portuguesa. A verdade é que nenhum eco desse hipotético conhecimento consta de documentação gráfica ou legislativa em Portugal.” (FRANÇA, 1987, p. 159)*

*“Dos pontos de vista morfológico e arquitectónico, podem sempre ser referidas outras experiências semelhantes, contemporâneas às de Lisboa, como os casos franceses de Reims, Lyon, Bordéus, Nancy e Nantes. A verdade é que as especificidades atrás enunciadas e a tradição arquitectónico-urbanística da escola portuguesa de Engenharia Militar jamais terão servido de impedimento para o conhecimento e integração do que de mais inovador e interessante se fazia no exterior. Existe de facto uma articulação internacional do processo de renovação urbanística da Baixa, a qual carece de um aprofundamento capaz nesta acção para a sua eventual candidatura a Património da Humanidade.” (ROSSA, 2003, pp. 37-38)*

São antagónicas as citações acima apresentadas. Embora saibamos que o trabalho de França (1987), sobretudo a partir da publicação da sua tese “Lisboa Pombalina e o Iluminismo”, foi impulsionador das investigações históricas sobre a cidade de Lisboa e que a grande maioria dos historiadores portugueses considera os seus estudos, não podemos deixar de confrontar a sua teoria relativamente às influências estrangeiras de Portugal no século XVIII.

França argumenta o trabalho urbanista português setecentista como um produto original alheio a influências (FRANÇA, 1987, pp. 304-305). Por outro lado, as influências inglesas em Portugal nesta época são um dado adquirido para alguns investigadores como Murteira (2004, pp. 56-57) e Rossa (2004b). Sendo a questão das referências francesas destacada em Oliveira (2004) e Duarte (2004).

Murteira (2004, p. 56) defende uma investigação apoiada numa teoria de uma Lisboa setecentista em sintonia com outras cidades europeias. Segundo esta historiadora o Projecto de Edimburgo setecentista (1767) foi realizado de acordo com desenho urbano e programa arquitectónico com similaridades com o projecto pombalino para Lisboa (1756). Para Murteira (2004, p. 57), Edimburgo não é a única cidade próxima de Lisboa na configuração urbana. Em Londres a administração da cidade preocupada com a sua reconstrução após o incêndio de 1666 cria normas para as novas construções e procedimentos legais para resolver os direitos de propriedade, cujas ideias eram, em parte, comuns às discutidas à época em Lisboa.

Rossa (2004b, p. 36) (2003, pp. 36-37) concorda com a teoria de Portugal ter sofrido influências estrangeiras que condicionaram o desenho da nova Lisboa setecentista. Diz-nos que a relação de Lisboa com Turim e Londres parece ser evidente. Segundo Rossa as referências não foram suficientes pelo menos do ponto de vista urbanístico. Terá havido alguns aspectos de “natureza arquitectónica” com origem naquelas duas cidades e disso faz prova a composição dos edifícios da Praça do Comércio. Rossa lembra que na dissertação de Manuel da Maia está explícito a imitação das ruas de Londres e que o texto sugere as teorias de Laugier (ROSSA, 2004b, p. 36).

Embora Manuel da Maia se lamenta na dissertação pela perda da sua biblioteca com o terramoto, é nítido o seu conhecimento de reconstrução de outras cidades na Europa, como Londres ou mesmo Turim (MULLIN, 1992, p. 164). De facto, Manuel da Maia na sua dissertação primeiro menospreza os trabalhos de Turim e Londres, mas depois acaba por afirmar, no Parágrafo 15.º da terceira Parte, que o desenho das Ruas de Londres são uma referência:

*“Em 5.º lugar offereço a planta de huma rua de 60 palmos de largo á imitação de algumas da de Londres dividida em três partes, a do meyo de 40 palmos de largo para carroagens, e gente de cavallo, e as duas dos lados de dez palmos de largo cada huma para a gente de pé e Cadeirinhas, com a separação de pilares e pavimento que o perfil mostra, e no mesmo perfil a figura da Cloaca, ou Cano Real para serventia das agoas dos montes e limpeza dos conductos, que dos edificios se lhe introduzem.” (AIRES, 1910, p. 49)*

Sabendo que a planta da nova cidade de Lisboa é da responsabilidade de Eugénio dos Santos (AIRES, 1910, p. 50) (RATTON, 1992, p. 233 e 237) importa saber qual era a sua formação.

O contributo de Oliveira (2004) (2007) na investigação sobre Eugénio dos Santos e Carvalho é valioso e adianta todo um trabalho sobre este arquitecto setecentista. Oliveira analisou a biblioteca particular de Eugénio dos Santos e Carvalho<sup>132</sup> e com base nesta enfatiza a existência duma cultura arquitectónica informada nos tratados franceses (OLIVEIRA, 2004, p. 72).

Eugénio dos Santos e Carvalho não terá ficado apenas por imagens de referência, mas terá absorvido as teorias da época:

*“(...) São extraordinárias as afinidades entre as concepções de cidade de Pierre Patte e de Eugénio dos Santos e Carvalho porque não se reduzem a coincidências gráficas; ambos parecem partilhar o mesmo conceito de rua como uma máquina de regulação de vários tipos de fluxos.” (OLIVEIRA, 2004, p. 74)<sup>133</sup>.*

O próprio Joaquim Machado de Castro (1810), escultor da estátua equestre do rei a ser colocada na Praça do Comércio, afirma que Eugénio dos Santos e Carvalho tinha como referência no seu trabalho a arquitectura francesa<sup>134</sup> (OLIVEIRA, 2007, pp. 19-20).

Para Duarte (2004), no que se refere à tipologia do prédio pombalino, os engenheiros não dispunham de grande tempo para especulações e terão usado o que já se tinha experimentado. Assim as suas grandes inspirações derivam de desenhos de edifícios anteriores ao terramoto alguns desenhados para Lisboa. Sendo possível que o edifício pombalino descenda de tipologias criadas pelo arquitecto italiano Sebastiano Serlio (1475-1552). Este autor é concordante com Oliveira (2004, p. 72) quanto aos arquitectos principais do plano de Lisboa (Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel) sofrerem influências da tratadística francesa (DUARTE, 2004, p. 82).

De facto observando livros como "L'art de bâtir des maisons de campagne" de Charles-Étienne Briseux (1743) ou "Cours d'architecture" de Jacques-François Blondel

---

<sup>132</sup> Trabalho começado por Bonifácio em 1990 aquando da sua tese de doutoramento (BONIFÁCIO, 1990).

<sup>133</sup> Ver : (PICON, 1992) e (ROSSA, 2004a, pp. 37-38).

<sup>134</sup> Na biblioteca de Eugénio dos Santos *“De outros autores franceses e fora da classificação de textos instauradores, encontram-se: o tratado das ordens de Roland Fréart de Chambray (1650) (n. 151); a famosa recolha de Pierre-Jean Mariette (1694-1774), l'architecture française (1727) (n. 149) e De la distribution des maisons de plaisance et de la décoration des édifices en général (1737-1738) de Jacques-François Blondel (1705-1774) (n. 141), dois títulos sumptuosamente ilustrados, dirigidos, essencialmente, aos diletantes e aos encomendadores, que funcionam como elogios aos arquitectos e à arquitectura francesa; (...)” (OLIVEIRA, 2007, pp. 69-70).*

(1777) e confrontado com os edifícios pombalinos percebemos que apresentam um ar de família.

Acredita-se, assim, que desde sempre houve circulação de ideias culturais e urbanísticas. Basta pensar nos arquitectos que trabalharam em cidades diversas. Aquando do terramoto de 1755 tratavam dos planos e projectos de reconstrução de Lisboa vários estrangeiros, entre eles: Carlos Mardel (Húngaro<sup>135</sup>), João Carlos Bibbiena (Italiano), João Frederico Ludovice (Alemão) e Miguel Angelo de Blasco (Italiano).

Uma das cartas mais antigas que se conhece para a reconstrução de Lisboa (após a escolha de Manuel da Maia) tem como autores Eugénio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel (c. 1695-1763). Depois da morte de Eugénio dos Santos de Carvalho em 1760, Mardel continua o acompanhamento dos trabalhos para a reconstrução de Lisboa tal como refere Ratton (1992, p. 233 e 237). Se Mardel for francês como supôs Viterbo (1922, pp. 367, 372 e 373) podemos colocar a hipótese de conhecer bem algumas cidades da França e de as suas memórias terem influenciado no seu trabalho como arquitecto e engenheiro ao serviço de D. José.

Com base no que justificámos e considerando que Eugénio dos Santos e Carvalho, assim como Carlos Mardel estão na origem do desenho da nova Lisboa setecentista e provada a existência de manuais de arquitectura francesa na biblioteca particular de Eugénio dos Santos e Carvalho ficamos mais alertas para a descoberta de semelhanças entre o projecto de Lisboa e algumas referências francesas.

### **3. Praça do Comércio uma Praça Real**

Partindo do pressuposto inicialmente apresentado, que a Praça do Comércio tem origem na Praça Real francesa, é importante caracterizar a Praça Real francesa e analisar a biblioteca de Eugénio dos Santos e Carvalho, assim como a iconografia/cartografia destas praças.

---

<sup>135</sup> Referido por muitos como natural da Hungria, Carlos Mardel, poderá ser Francês. Segundo Viterbo os pais de Carlos Mardel eram naturais de Montpellier e este residiu em Montpellier. Esta tese é apresentada por Viterbo no III Volume do Dicionário histórico documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses (VITERBO, 1922, pp. 367, 372 e 373).

Gady (2008, p. 95) recoloca a questão sobre se as Praças Reais francesas terão sido criadas por Luís XIV, pelo ministro Louvois ou se o foram pelo historiador Pierre Lavedan. Gady pretende questionar se existe uma Praça Real ou se esta não é continuidade de um passado, ou somente criação do tempo de Luís XIV. No seu texto “La place royale existe-telle? Réflexions sur les places royales en France sous Louis XIV” é confirmada a originalidade da Praça Real. Segundo Gady (2008, p. 96) é durante o período de Luís XIV (1643 – 1715) que o conceito de "Praça Real" é definido pela primeira vez, principalmente por Jean-François Lemée, teórico da monarquia, no seu *Traité des Statues* (1688). De acordo com Lemée as Praças Reais deveriam ser regulares, ornamentadas no centro por uma figura de bronze do soberano e enquadradas por edifícios com fachadas uniformes. Para Lemée estas praças deviam situar-se no centro das cidades.

A Praça Real evolui no seu conceito acompanhando os tempos. Podemos mesmo distinguir dois tipos de Praças Reais, as Praças Reais projectadas no reinado de Luís XIV e as Praças Reais projectadas no reinado de Luís XV.

As Praças Reais desenhadas no reinado de Luís XIV pontuam a malha urbana e são de geometrias muito regulares. Nestas é acentuado o efeito de espaço fechado dominado pela configuração arquitectónica realçada por eixos principais que se relacionam com a estátua central e com ruas de acesso que aparecem simetricamente distribuídas. Podemos presenciar, com poucas variantes, a materialização dos factores supramencionados: na Praça *Dauphine*, na Praça *dés Vosges* e na Praça *Vendôme*.

No século XVIII com Luís XV começam a surgir os espaços abertos em oposição aos anteriores e a sua materialização foi assegurada com a introdução da natureza. A nova praça poderia abrir-se para três direcções com espaços abertos (MORRIS, 1984, p. 229). Para além do conceito espacial que estabelece a relação da praça com o espaço vazio (paisagem) a articulação da rede viária urbana, permite no espaço da praça, canalizado na estátua do Rei, a intercepção de várias direcções. Como exemplo de praça que materializa tais características temos a Praça Real de Luís XV (a actual Praça da Concórdia). Assim a praça do Iluminismo evidencia a inter-relação entre praça e cidade, numa atitude de espaço aberto, justificando muitas vezes um sistema centralizado de extensão infinita localizado no limite da cidade, e que relaciona o espaço urbano com a paisagem. Esta praça adquiriu o estatuto de espaço

“aberto” e trata na sua essência a modificação estilística do século XVII para o século XVIII, relacionando-se de forma mais expressiva com toda a envolvente.

A Praça do Comércio apresenta características da Praça Real de Luís XIV, mas também influências da Praça Real de Luís XV enquanto espaço aberto virado para a paisagem.

Lavedan associa a Praça do Comércio a outra praça aberta construída no mesmo período. Compara a Praça do Comércio com a Praça Real *de Bordeaux* e diz que a Praça do Comércio em Lisboa é frequentemente vista como uma réplica da Praça Real *de Bordeaux* e que as relações comerciais entre as duas cidades podem explicar este facto. Devido à situação e desenho destas duas praças chega mesmo a associar também a Praça Luis XV (LAVEDAN, 1993, p. 224). Contudo, segundo Lavedan a Piazzetta de Venise (Praça de São Marcos) é a que se aproxima mais da Praça de Lisboa, as duas têm uma escada de desembarque e colunas<sup>136</sup> (LAVEDAN, 1993, p. 224).

Na classificação de Zucker (1958, pp. 11-13) a Praça do Comércio é uma “Dominated Square”. Para Zucker existem tipos de praça que aparecem sempre ao longo dos tempos independentemente da cultura, da topografia ou mesmo do clima. Na “Dominated Square” paradoxalmente, o elemento dominante pode ser um vazio, uma vista sobre uma montanha ou pode ser a margem de um rio ou mar.

Segundo a definição de Lemée, antes apresentada, para as Praças Reais a Praça do Comércio corresponde às características de uma Praça Real por ser um espaço regular, ornamentado ao centro pela estátua do Rei e enquadrada por edifícios com fachadas uniformes, mas não se situa no centro da urbe.

Como refere Ribeiro (2006) a Praça do Comércio e a *Place de Nos Conquêtes* têm muitos pontos em comum, a começar pelas suas formas, proporções e carácter simbólico.

Conforme Oliveira (2004, p. 72), o trabalho de Eugénio dos Santos e Carvalho terá bases no que se fazia na França seiscentista e setecentista. Dai que se possa colocar a hipótese de Eugénio dos Santos e Carvalho ter conhecimento do trabalho de J. Hardouin-Mansart (arquitecto da *Place de Nos Conquêtes* ao serviço de Luís XIV).

---

<sup>136</sup> Tirando o caso concreto da Place Royale de Bordeaux estas referências de Lavedan não nos parecem tão revelantes.

Em certa medida o projecto da Praça do Comércio poderá ser comparado com a *Place de Nos Conquêtes*. Esta comparação terá de ser realizada com algumas ressalvas, pois a *Place de Nos Conquêtes* (1685-99) antecessora da *Place Vêndome* (1699) obedece aos parâmetros das Praças Reais projectadas no reinado de Luís XIV localizadas no interior da cidade, onde a Praça Real aparece pontualmente no tecido da cidade, não havendo nenhuma relação preestabelecida entre estes espaços e a Praça do Comércio, embora à margem da urbe, é desenhada com base na morfologia urbana da Baixa de Lisboa.

Foi analisada por nós a cartografia e iconografia relativa à reconstrução de Lisboa nomeadamente no que diz respeito aos desenhos para a Praça do Comércio. Assim como a iconografia existente para a *Place de Nos Conquêtes*. Dessa cartografia e iconografia salientámos os seguintes elementos:

**Tabela 1** - Cartografia e iconografia da Praça do Comércio e da *Place de Nos Conquêtes*

	FONTE
1. Planta com a distribuição das massas arquitectónicas dos vários corpos que constituem a Praça do Comércio	Museu da Cidade
2. Real Praça do Comércio e mostra parte do edifício da alfândega e do Arsenal de Marinha	Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
3. Vista perspectiva de um projecto da Reconstrução do Terreiro do Paço	Museu da Cidade
4. Perspectiva imaginária da Praça do Comércio com torreões cupulados, segundo um projecto que não chegou a ser realizado	Museu da Cidade
5. Une perspective de la Grande Place de Lisbonne Nouvellement batie sur les Desseins de François Marca	Museu da Cidade

6. Vue et perspective de la place de Louis le Grand	Biblioteca Nacional de França
7. Place de Nos Conquêtes, inauguration of statue	Biblioteca Nacional de França

Da análise à cartografia e iconografia aqui enumerada e a outra mais vasta podemos afirmar que o primeiro desenho que conhecemos atribuível a Eugénio dos Santos e Carvalho com a marcação do sítio para a estátua data, em princípio, de 1759. Na maioria das cartas não observamos assinalada a estátua, mas uma carta de [1777] indica-a.

A colocação da estátua como resultado de um planeamento de conjunto para a Praça do Comércio é defendida por Ochoa (2011, p. 63) e é também um dos argumentos de Lemée, que afirmava que, para as estátuas das praças reais, deveria existir uma interacção entre arquitectura e o monumento esculpido; o que supunha que o arquitecto teria concebido, as duas operações de maneira concomitante, para equilibrar a relação entre os dois elementos (GADY, 2008, pp. 96-97).

A carta que encontramos atribuível a Eugénio dos Santos e Carvalho (2) apresenta os torreões, o arco e a estátua, assim como as galerias com as arcadas. Relativamente à iconografia temos informações diferentes. Uma das perspectivas não apresenta nem torreões, nem arco, nem mesmo estátua (5) e a outra não apresenta torreões nem estátua. Sendo a mais próxima do construído a intitulada "Perspectiva imaginária da Praça do Comércio com torreões cupulados" que apresenta uns torreões com cúpulas que não vingaram.

A Praça do Comércio e a *Place de Nos Conquêtes* apresentam ambas planta rectangular (próxima do quadrado) com um lado aberto, com um eixo centralizado composto pela estátua do monarca a cavalo emoldurada ao fundo por um Arco do Triunfo (RIBEIRO, 2006)<sup>137</sup>.

As arcadas são outro elemento comum a estas duas praças. França (1987, p. 158) descreve a *Place de Nos Conquêtes* e a *Place de la Bourse* e diz que esta última tem

<sup>137</sup> Para a descrição formal da *Place de Nos Conquêtes* são úteis os seguintes textos: (ZISKIN, 1992), (CLEARY, 1986) e (CLEARY, 1999).

uma afinidade com a Praça do Comércio pelas arcadas. Então e a *Place de Nos Conquêtes*? Nesta as arcadas parecem ser vazadas como na Praça do Comércio<sup>138</sup>.

Em termos de medidas a Praça do Comércio foi desenhada em [1758] por Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel com 200 x 170 m e construída com 198 x 182 m<sup>139</sup>. Enquanto a *Place de Nos Conquêtes* foi projectada para ter 168 x 152 m (ZISKIN, 1994, p. 149). As dimensões apresentadas evidenciam proporções muito próximas da praça francesa com a praça portuguesa construída. Isto pode ser verificado multiplicando as medidas da *Place de Nos Conquêtes* pelo factor 1,19 obtendo medidas semelhantes à praça construída. A praça desenhada em [1758] é ligeiramente mais rectangular uma vez que a medida menor apresenta menos 12 metros de comprimento em relação ao construído e no lado maior eram propostos mais 2 metros. Assim o construído aproxima-se mais da *Place de Nos Conquêtes*.

Os planos definidores destas duas praças são muito semelhantes. Ambas apresentam uma galeria com arcadas sobre a qual estão dois pisos. Numa das fachadas vislumbra-se o arco do triunfo. O desenho do arco do triunfo francês é simples, contempla apenas um frontão triangular coroando a composição enquanto o português se apresenta ao estilo barroco muito ornamentado.

A grande diferença no desenho destas praças está no lado aberto da praça. A *Place de Nos Conquêtes* abre para uma rua (Rue de Saint Honoré) denunciada na iconografia onde se evidencia o movimento causado pela passagem dos coches. A Praça do Comércio abre para o Rio Tejo com o movimento dos barcos daí esta praça se aproximar também do conceito de Praça Real de Luis XV que relaciona o espaço urbano com a paisagem.

É necessário realçar mais um aspecto comum às duas praças (Praça do Comércio e *Place de Nos Conquêtes*) o facto de simbolizarem uma Entrada Real<sup>140</sup> enfatizada pela estátua do Rei e pelo Arco do Triunfo. O Arco do Triunfo como obra efémera

---

<sup>138</sup> Para França as arcadas são deste tempo e assim estão justificadas: "...é bem corrente projectar arcadas neste momento da tradição clássica." (FRANÇA, 1987, p. 158). Se as arcadas eram assim tão comuns, como afirma França, como se explica que as outras cinco praças portuguesas setecentistas não tenham arcadas? Veja-se a Praça Mouzinho de Albuquerque em Braga, o Rossio em Lisboa, a Praça Marquês de Pombal de Vila Real de Santo António, a Praça Marquês de Pombal em Porto Corvo e a Praça dos Imperadores em Manique do Intendente.

<sup>139</sup> Aferido por nós após introdução da cartografia digitalizada no Autocad e feitos os respectivos rescales.

<sup>140</sup> Também conhecida por Entrada Triunfal ou Entrada Jubilar corresponde ao conjunto de cerimónias e festividades que acompanhavam a entrada formal de monarca ou de um seu representante numa cidade durante a Idade Média e o Renascimento.

surgiu pela primeira vez na Entrada de Felipe I em 1581. A partir desse evento as festas do tipo entradas passaram a ser comuns no Terreiro do Paço. No século XVIII as duas entradas principais foram marcadas pelas consortes de D. João V em 1708 e de D. José em 1729. A memória destes eventos marcou a cultura do povo e Eugénio dos Santos e Carvalho recorreu a estes elementos reinserindo-os na Praça do Comércio.

A Praça do Comércio não poderá ser vista de um modo isolado. Terá de ser enquadrada no conjunto das obras arquitectónicas portuguesas da altura e com o espaço prévio. Assim como Ludovice, arquitecto do Convento de Mafra, usou a memória para a representação do seu grandioso edifício em Mafra criando dois torreões idênticos ao construído anos antes no Terreiro do Paço (edifício de Terzi), também Eugénio dos Santos e Carvalho aquando da reforma do Terreiro do Paço recriou mais uma vez dois torreões os quais enquadram hoje a grande praça de Lisboa. Podemos assim, afirmar que o edifício de Terzi transformou-se num modelo a seguir, tal como o foi a fachada de S. Vicente Fora para o corpo central do Convento de Mafra.

O Terreiro do Paço não era uma praça criada de raiz, mas um espaço que evidenciava várias fases da história. Deste modo, embora possam existir reminiscências do terreiro na Praça do Comércio, como a do edifício de Terzi, existe nitidamente um fundamento teórico no Iluminismo, onde sobriedade e o pragmatismo imperavam.

O desenho da Praça do Comércio de planta rectangular (próxima do quadrado) foi proposto pela primeira vez num plano de 1756 da autoria de Eugénio dos Santos de Carvalho e de António Carlos Andreas. Mais tarde na proposta a edificar foi assumida a planta rectangular (próxima do quadrado) que contrariava a forma alongada do espaço antecessor, o Terreiro do Paço, o que demonstra que nem tudo são reminiscências do passado.

#### **4. Conclusões**

Será que podemos então falar de uma Lisboa setecentista estrangeirada? Terá Lisboa influenciado também?

Com base nas informações de autores diversos (ROSSA, 2003) (MULLIN, 1992) (OLIVEIRA, 2004) (DUARTE, 2004) podemos hoje afirmar que Lisboa terá sido

desenhada na segunda metade do século XVIII com referência a outras construções urbanísticas estrangeiras.

É sabido então que Eugénio dos Santos e Carvalho era um homem bem informado e que possivelmente terá sido influenciado por engenheiros-arquitectos da altura. Todavia, ironicamente, parece que os projectos de Eugénio dos Santos e Carvalho não terão servido de inspiração aos colegas do século XVIII:

*“(...). Como os seus projectos para a Baixa não foram publicados e permaneceram no mais absoluto anonimato em termos internacionais, o seu trabalho não conseguiu ter qualquer impacto na teoria da arquitectura e do urbanismo da segunda metade do século XVIII.” (OLIVEIRA, 2004, p. 72).*

Lisboa terá influenciado assim muito pouco primeiro por se encontrar muito longe da Europa, segundo pelo facto da experiência se ter realizado em “circuito fechado”. Apesar disto, existe quem acredite que Carolina<sup>141</sup>, cidade andaluza fundada em 1755 possa ser uma consequência da nova Lisboa, assim como a cidade de Edimburgo<sup>142</sup>.

Embora se possa afirmar que Eugénio dos Santos e Carvalho tenha sido em parte influenciado pelos trabalhos dos seus colegas franceses também é certo que o seu trabalho se distingue por uma especificidade própria.

Como vimos existem posições divergentes quanto aos fundamentos de génese da concepção da Praça do Comércio. Atendendo ao que alguns investigadores explicitam temos posições antagónicas que carecem de novos estudos. A nossa hipótese é a de que a Praça do Comércio efectivamente é um reflexo das influências iluministas francesas nomeadamente da *Place de Nos Conquêtes*.

Os projectos urbanísticos e arquitectónicos portugueses do século XVIII são um resultado de aprendizagens passadas onde se soube sempre muito bem articular o erudito com o vernacular e onde influências diversas afectaram a cultura de então. Sendo o projecto da Baixa um misto de registos que proviam da tradição arquitectónico-urbanística da escola portuguesa de Engenharia Militar e das obras contemporâneas francesas.

---

<sup>141</sup> Carolina é considerada o melhor e mais completo exemplo do urbanismo espanhol no Iluminismo. Num estudo sobre o urbanismo espanhol, Chueca Goitia sugere que Carolina pode ter uma explicação na Lisboa Pombalina, assim como no desenho de Vila Real de Santo António (CHUECA GOITIA, 1968, pp. 180-181) (GARCIA Y BELLIDO, 1968).

<sup>142</sup> Murteira (2004, p. 57) associa o projecto de Edimburgo (1767) ao projecto da Baixa (1756).

## **Bibliografia:**

AIRES, C. Manuel da Maia e os Engenheiros Militares Portugueses no Terramoto de 1755. Lisboa: Imp. Nacional, 1910.

BONIFÁCIO, H. M. P. Polivalência e contradição: tradição seiscentista o barroco e a inclusão de sistemas ecléticos no séc. XVIII - a segunda geração de arquitectos. 1990. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

CASTRO, J. M. D. Descrição analytica da execução da estatua equestre erigida em Lisboa à glória do senhor rei fidelissimo D. José I. Lisboa: Imp. Regia, 1810.

CHUECA GOITIA, F. La Época de los Borbones. In: (Ed.). **Resumen historico del urbanismo en España**. 2ª edição aumentada. Espanha: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1968.

CLEARY, R. L. **The places royales of Louis XIV and Louis XV**. 1986. PhD, Columbia University, New York.

\_\_\_\_\_. **The place royale and urban design in the ancien régime**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1999.

DUARTE, E. De França à Baixa, com passagem por Mafra: As influências francesas na arquitectura civil pombalina. **Monumentos - revista semestral de edifícios e monumentos**, Lisboa, v. 21, p. 76-87, 2004.

FRANÇA, J.-A. **Lisboa Pombalina e o Iluminismo**. Lisboa: Bertrand Editora, 1987.

GADY, A. **La place royale existe-telle? Réflexions sur les places royales en France sous Louis XIV**. Colóquio Internacional sobre Praças Reais: Passado Presente e Futuro, Lisboa, 2006. LISBOA, U. A. D. Lisboa, p. 95-104, 2008.

GARCIA Y BELLIDO, A. **Resumen historico del urbanismo en España**. 2ª edição aumentada. Espanha: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1968.

LAVEDAN, P. **Nouvelle histoire de Paris : histoire de l'urbanisme à Paris**. 2ª Edição. Paris: Diffusion Hachette, 1993.

LEAL, J. E. D. C. Legitimação artística e patrimonial da Baixa Pombalina : um percurso pela crítica e pela história da arte portuguesas . **Monumentos - revista semestral de edifícios e monumentos**, Lisboa, v. 21, p. 6-17, 2004.

MARAT-MENDES, T.; SAMPAIO, M.; RODRIGUES, D. Measuring Lisbon Patterns: “Baixa” from 1650 to 2010. **Nexus Network Journal - architecture and mathematics on-line**, v. 13, n. 2, p. 351-372, 2011.

MORRIS, A. E. J. Historia de la forma urbana : desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984.

MULLIN, J. R. The reconstruction of Lisbon following the earthquake of 1755: a study of despotic planning. **Planning Perspectives** 7, v. 7, p. 157-179, 1992.

MURTEIRA, H. Lisboa antes de Pombal: crescimento e ordenamento urbanos no contexto da europa moderna (1640-1755). **Monumentos - revista semestral de edifícios e monumentos**, Lisboa, v. 21, p. 50-57, 2004.

OLIVEIRA, M. L. M. F. Um oficial do génio e a nova Lisboa. **Monumentos - revista semestral de edifícios e monumentos**, Lisboa, v. 21, p. 66-75, 2004.

\_\_\_\_\_. **Eugénio dos Santos de Carvalho, arquitecto e engenheiro militar (1711-1760): cultura e prática de arquitectura**. 2007. (Tese de Doutoramento em História da Arte - Época Moderna). Departamento de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa.

PICON, A. French architects and engineers in the age of enlightenment. Cambridge Cambridge University Press, 1992.

RATTON, J. **Recordações**. Lisboa: Fenda, 1992.

RIBEIRO, N. P. Festa Barroca e Espaço Urbano: O Caso da Lisboa Pombalina. **Patrimônio & Cultura** 2006. Disponível em:  
<[http://nelsonporto.blogspot.com/2006\\_08\\_01\\_archive.html](http://nelsonporto.blogspot.com/2006_08_01_archive.html)>. [05 de Dezembro de 2008] >.

ROSSA, W. **A Baixa de Lisboa no Contexto do Urbanismo Português**. Jornadas A Baixa Pombalina e a sua importância para o Património Mundial. URBANA, C. M. D. L. P. D. L. U. E. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa: Pelouro do Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana, p. 28-39, 2003.

\_\_\_\_\_. Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado. **Monumentos - revista semestral de edificios e monumentos**, Lisboa, v. 21, p. 22-43, 2004.

SAMPAYO, M. G. T. D.; RODRIGUES, D. **The five plans for the aftermath of 1755 Lisbon earthquake: the interplay of urban public spaces**. Urban morphology and urban transformation. Guangzhou - China: ISUF 2009.

VITERBO, F. M. D. S. Dicionário histórico documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses. NACIONAL, I. Lisboa. 3 1922.

ZISKIN, R. N. The French Crown and the financiers of Paris : Public and private representation at the Place Vendôme, 1685-1792. 1992. Tese de Doutoramento, Harvard University, Cambridge, Massachusetts.

\_\_\_\_\_. The Place de Nos Conquêtes and the unraveling of the myth of Louis XIV. The Art Bulletin. LXXVI: 147-162 p. 1994.

ZUCKER, P. **Town and Square**. Nueva York: Columbia University Press, 1958.

ESPAÇOS

NARRADOS

A CONSTRUÇÃO DOS  
MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DA  
LÍNGUA PORTUGUESA

Copyright © 2012 FAU/USP

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Capa e composição: Heloísa Zapparoli

Seminário Internacional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo (10 : 2010 : São Paulo, SP, Brasil)

Espaços Narrados: a construção dos múltiplos territórios da língua portuguesa.

São Paulo : FAU/USP, 2012.

1568 p. : il.

ISBN: 978-85-8089-022-8

Encontro realizado em São Paulo, de 29 de outubro a 01 de novembro de  
2012.

1. Arquitetura (Congressos) 2. Território. 3. Literatura. 4. Língua portuguesa.  
5. Patrimônio cultural. 6. Viagem. 7. Paisagem. I. Título.

CDD 720.63

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Biblioteca e Informação da  
FAU/USP

***Espaços Narrados - a construção dos múltiplos territórios da  
língua portuguesa***

Seminário Internacional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo

29 de outubro a 01 de novembro de 2012

FAU/USP – Cidade Universitária – São Paulo, SP, Brasil

**Organização**



**Editora**



**Apoio:**



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo



Universidade de São Paulo

**Universidade de São Paulo**  
Reitor João Grandino Rodas

Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz

**Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP**

Pró-reitor: Vahan Agopyan

**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

Diretor: Marcelo Andrade Roméro

Vice-diretora: Maria Cristina da Silva Leme

**Comissão Organizadora:**

Agnaldo Aricê Caldas Farias

Ana Claudia Castilho Barone

Jorge Bassani

Luís Antônio Jorge

Maria Angela Faggin Pereira Leite

Maria Cristina da Silva Leme

Mônica Junqueira de Camargo

Rodrigo Cristiano Queiroz

## **Comitê Científico**

**Luís Antônio Jorge – FAU/USP – São Paulo - (presidente)**

Mário Henrique Simão D'Agostino – FAU/USP – São Paulo

Abílio Guerra – FAU/UPM – São Paulo

Cecília Rodrigues dos Santos - FAU/UPM – São Paulo

Joana Mello de Carvalho e Silva – Escola da Cidade – São Paulo

Lucrecia D'Alessio Ferrara – PUC/SP – São Paulo

Ana Luiza Nobre – PUC/RJ – Rio de Janeiro

Carlos Antônio Leite Brandão – UFMG – Belo Horizonte

Rodrigo Almeida Bastos – UFSC – Florianópolis

Paola Berenstein Jacques – UFBA – Salvador

Carlos Roberto Monteiro de Andrade – IAU/USP – São Carlos

Maria Stella Martins Bresciani - IFCH/UNICAMP – Campinas

Frederico Holanda – UnB – Brasília

Carlos Eduardo Comas – UFRGS – Porto Alegre

Madalena Cunha Matos - FA/UTL – Lisboa

Jorge Cruz Pinto – FA/UTL - Lisboa

Ana Vaz Milheiro – ISCTE – Lisboa

Francisco José Barata Fernandes – FA/UP – Porto

Ana Luiza Rodrigues – EA/Univ. do Minho - Guimarães

Rui Leão – Editor e Vice-Presidente da Associação de Arquitectos de Macau